

# “Na prática a teoria é outra?”<sup>1</sup>

Valeria Forti e Yolanda Guerra<sup>2</sup>

## Introdução

A formação e a intervenção profissionais do Assistente Social estão marcadas pelos inúmeros dilemas da contemporaneidade. E isto evidencia o nível de complexidade que marca o Serviço Social e a conseqüente necessidade de competência dos seus profissionais para enfrentá-la. Diferentemente de exigências restritas ao padrão técnico-instrumental, o que o Assistente Social enfrenta nas duas esferas da vida profissional requerem ações abalizadas, intelectualmente responsáveis e fecundas, analíticas e críticas, capazes de lhe proporcionar compreensão suficiente para uma ação efetiva e qualificada na realidade social. Para isso, é imprescindível a compreensão dos movimentos da economia — da atual crise do capitalismo —, da cultura, da política, dos movimentos sociais, das instituições jurídico-políticas, das organizações sociais e da dinâmica das relações grupais e interpessoais. Ou seja, é imprescindível uma compreensão da realidade social que viabilize uma atuação profissional responsável e conseqüente. Daí porque é necessária uma visão dos processos sociais como totalidades que se compõem de vários aspectos e âmbitos e que apresentam diferentes níveis de complexidade. Todavia, a leitura do real com essa amplitude supõe teorias macroscópicas sobre a sociedade, que possibilitem que a apreensão tanto dos elementos estruturais quanto dos conjunturais, das peculiaridades de seus nexos com a totalidade, das relações entre os vários elementos que compõem a realidade em que estamos inseridos e na qual pretendemos atuar profissionalmente. Mais ainda, faz-se necessária uma teoria que nos permita perceber como os principais dilemas contemporâneos se

---

<sup>1</sup> Publicado no livro *Serviço Social: Temas, Textos e Contextos*. In: FORTI e GUERRA (Org.), Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2009.

<sup>2</sup> Este texto foi elaborado, igualmente, pelas autoras cujos nomes estão em ordem alfabética — Valeria Forti: Doutora em Serviço Social, professora da Faculdade de Serviço Social da UERJ e pesquisadora do Grupo de Estudos da Saúde, Serviço Social, Trabalho e Meio Ambiente da UERJ (GESTA-FSS/UERJ). Yolanda Guerra: Doutora em Serviço Social, Professora da Escola de Serviço Social da UFRJ, Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre os Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade (NEFSSC-ESS/UFRJ) e Pesquisadora do CNPQ.

traduzem nas peculiaridades do Serviço Social e se expressam nas requisições e competências socioprofissionais e na cultura profissional. Aqui subjaz a premissa de que a complexidade da realidade exige profissionais do Serviço Social que não pretendam apenas responder de modo tradicional e *imediatista* às demandas que lhes são dirigidas, mas que entendam que respostas profissionais pressupõem compreensão dos significados sociais de tais demandas e intervenções que lhes possam atribuir outros. Assim, na nossa linha de raciocínio, o desafio consiste em formar profissionais capazes de atuar na realidade, por meio da identificação e da apropriação crítica de suas demandas e das demandas a eles dirigidas, reconfigurando-as e enfrentando-as de maneira eficaz e eficiente — ou seja, em modo consonância com o sentido mais profundo da expressão trabalho profissional. Entendemos que só assim estarão dadas aos Assistentes sociais as possibilidades de construir estratégias sociopolíticas e profissionais para responderem às reais demandas e aos requisitos da profissão.

Nesse contexto, ao profissional que tencione atender aos requisitos do mercado de trabalho não se limitando a eles cabe uma sólida formação teórica (ético-política) e metodológica, ou seja, capacitação suficientemente qualificada em termos de conhecimentos teóricos e possibilidades interventivas. Assim, pretendemos destacar que, além da relevância teórica, cabem possibilidades práticas, pois, por melhor que seja formulada, a teoria, por si só, não é capaz de processar qualquer alteração na realidade concreta. Contudo, a prática como atividade efetiva que permita transformação na realidade natural ou social não é uma atividade qualquer, mas atividade que possibilita ao sujeito reflexão sobre sua ação e revelações sobre a realidade — que possibilita decifração das categorias e captação da legalidade dos fenômenos. É uma ação capaz de proporcionar conhecimentos, transformando e qualificando nossas idéias sobre as coisas, e de nos fornecer meios, caso tenhamos intenção de modificá-las.

Não obstante, no senso comum naturaliza-se o chavão sobre a existência de um fosso entre o conhecimento teórico e a sua capacidade de implementação. Ora, quem nunca ouviu, afirmou ou mesmo questionou o famoso jargão: “na prática a teoria é outra” ?

Dessa maneira, prosseguindo na reflexão sobre esta questão, partimos do pressuposto de que se trata de um dos principais (falsos) dilemas da formação e do exercício profissionais do Assistente Social. Isto porque, para nós, é evidente que ao profissional<sup>3</sup> cabe o papel de buscar responder às necessidades sociais, sendo portador de fundamentos que não lhe permitem limitar-se ao senso comum e, portanto, não admitem que ele se deixe influenciar por esse falso dilema. A discussão profissional sobre uma questão e/ou pertinência de determinado procedimento não pode limitar-se ao universo do senso comum. Diferentemente do leigo, em referência à discussão no âmbito profissional, nos cabe investir na problematização dos fenômenos, trazê-los para o campo da análise rigorosa, fecundamente crítica e prospectiva. Trata-se, portanto, de discussão na qual se torna imprescindível o investimento rigoroso e constante no desvendamento dos fundamentos sócio-históricos e ideoculturais que engendram as questões. Dessa maneira, lembramos Lukács ao mencionar que “sem descobrir os fundamentos reais da situação histórico-social, não há análise científica possível” (Lukács, 1976, p.15).<sup>4</sup>

### **Destacando alguns fundamentos da fragmentação entre a teoria e a prática**

Em primeiro lugar, cabe esclarecer que a idéia de que “na prática a teoria é outra” se sustenta, basicamente, na concepção de que a teoria tem a possibilidade de ser implementada na realidade social e/ou tem a capacidade de dar respostas imediatas para suas questões. Em outros termos, é a idéia que se alimenta de uma concepção que considera possível a aplicação da teoria na prática, captando as Teorias Sociais como um conjunto de regras, modelos, procedimentos e referências instrumentais precisas, capazes de serem diretamente aplicáveis na realidade e produzindo imediatamente o efeito ou produto previsto e/ou desejado. É como se a validade da teoria repousasse na dócil submissão à necessidade de respostas práticas imediatas para os problemas. Isso nos traz à lembrança um pensamento cuja origem e difusão encontramos, especialmente nos Estados

---

<sup>3</sup> Sabemos que isso não diz respeito apenas ao Assistente Social, mas aqui particularizamos este profissional.

<sup>4</sup> Livre tradução das autoras.

Unidos, no final do século XIX e início do século XX, alicerçando a expansão do espírito empresarial. Vertente irracionalista do pensamento, consoante com a perspectiva de mercantilização da vida social e, dessa maneira, adversa às vertentes filosóficas investigativas e de cunho ontológico — um modo de pensamento que eleva as atividades prático-utilitárias e o valor das normas e princípios que tenham como verdade o útil e o êxito individual.

Esta concepção de prática “implica não mais uma atividade útil, mas também utilitária em seu sentido mais estreito e sórdido.” (VÁZQUEZ, 2007, p. 105).

Deste modo, pode-se dizer que, para o pragmatismo o significado de uma concepção ocorre em consequência das experiências exitosas vividas por meio de sua aplicação. Assim, o falso dilema a que nos referimos é a concepção da relação entre teoria e prática que parte da premissa de que o valor da teoria está condicionado exclusivamente à sua capacidade de responder imediatamente à realidade. Em outras palavras: “(...) para o pragmatismo a verdade fica subordinada à utilidade, entendida esta como eficácia ou êxito da ação do homem, concebida esta última, por sua vez, como ação subjetiva, individual, e não como atividade material, objetiva, transformadora. (VÁZQUEZ, 2007, p. 242).

Esta concepção demonstra uma excessiva valorização dos resultados voltados para o êxito individual em detrimento do processo desencadeado para o conhecimento da realidade e as respostas às reais necessidades coletivas. Sem dúvida, esta apreciação é produto típico do desenvolvimento capitalista e vincula-se à dimensão instrumental da razão, uma vez que desconsidera as possibilidades emancipadoras da razão moderna. A esse respeito, é importante apreciarmos Coutinho ao comentar o fato de o pensamento burguês tornar-se avesso às concepções dialéticas, tornar-se um pensamento justificador e, dessa maneira, antiespeculativo.

Em 1830, começa o processo de decomposição da filosofia burguesa clássica, que termina com a revolução de 1848. [...]. Indicar a realidade como algo essencialmente contraditório significa, doravante, fornecer armas teóricas ao movimento anticapitalista da classe operária. [...] O pensamento burguês transforma-se numa justificação teórica do existente. [...].

Decerto, essa determinação histórica da inversão do pensamento burguês só tem valor operatório quando vista sob ângulo universal. [...] Ligadas àquele progresso técnico que o capitalismo é obrigado a promover, surgem nos países altamente capitalistas novas e originais investigações científicas [...], mas tais investigações se limitam a domínios particulares [...] sem desempenharem o menor papel positivo na construção de uma concepção do mundo (de uma ética e de uma ontologia) científica (1972, p. 22-23).

Apreciando com atenção o trecho citado, parecem-nos claras as implicações ideológicas. E elas podem ser sintetizadas na tendência a considerar inúteis, inoperantes e impotentes os pressupostos teóricos que não sirvam para justificar o existente e/ou não viabilizem respostas imediatas às exigências práticas da sociedade.

Acepção que não é fenômeno novo e que esclarece os motivos de a teoria vir, ao longo dos anos, sendo rechaçada, negligenciada ou negada em suas possibilidades mais elementares. Cabe, porém, uma indagação: compete a nós apreender para que e para quem serve essa desqualificação da teoria?

Não é demais ratificarmos que a cisão entre a teoria e a prática encontra-se subjacente à racionalidade hegemônica do capitalismo. Isso repõe sobre bases mais complexas a alienação essencial do capitalismo — separação entre proprietários e não-proprietários dos meios de produção — de modo que a cisão entre os que pensam e os que executam, que fundamenta a alienação no trabalho, é particularizada na ordem burguesa — constituída como processo de reificação.<sup>5</sup> Ao suprimir as mediações sociais constitutivas e constituintes dos processos, o pensamento reificado não ultrapassa a aparência dos fatos, não supera o âmbito da experiência imediata e se limita a conceber os fenômenos em sua positividade, descartando o seu movimento de constituição. Sem fundamentos substanciais, a elaboração teórica é débil e pode negar a si mesma. Conforme afirma Lukács (1988, p. 103), esta forma de produção do conhecimento pode tornar-se instrumento de manipulação, pois, na medida em que o conhecimento não buscar desvelar substancialmente a realidade, “a sua atividade se reduz a

---

<sup>5</sup> Conforme Netto, em Marx a reificação é a expressão típica da alienação engendrada pelo capitalismo (cf. Netto, 1981, p. 61 e outras).

sustentar a práxis no sentido imediato. Se a ciência não pode ou, talvez, conscientemente não quer ir além deste nível, a sua atividade se transforma em uma manipulação dos fatos que interessam aos homens na prática”.

Por meio dessa citação, é possível percebermos que para compreensão do real e sua elaboração para produção de conhecimento, a prática é referência da teoria. Não se desconhece que faz parte da teoria social crítica o entendimento da prática como critério de verdade. Contudo, isso comporta determinada concepção de prática. Ou seja, a concepção na qual a prática não é mera atividade irrefletida, reiterativa, tradução do (certo) *automatismo* típico das experiências cotidianas dos indivíduos, modos de os mesmos operarem rotineiramente as tarefas simples da vida. Portanto, esta é uma concepção de prática incompatível com a superestima da experiência, que é fenômeno capaz de suscitar assertivas utilitárias, tais como a que diz que “só se aprende a fazer fazendo” — ou seja, uma visão da prática que nega a propriedade da teoria<sup>6</sup> ou a negligência, torna-a mera experiência irrefletida e desconexa de conhecimentos essenciais, restrita ao âmbito do senso comum.

Partindo desse raciocínio, podemos analogamente vislumbrar quanto o cotidiano profissional pode mostrar-se obscurecido pelos atos repetitivos, objeto de pouca reflexão, caso os profissionais situem equivocadamente seu trabalho e o campo teórico e não apreendam que, em decorrência dos desafios que a realidade lhes impõe diariamente, é inerente ao exercício profissional a necessidade de conhecimento qualificado — e seu constante aprimoramento — que viabilize uma intervenção crítica, criativa e propositiva. Pois, não obstante ser fundamento e finalidade da teoria, a prática não é, por si só, capaz de suscitar saber. Principalmente se tratando de um campo complexo como o do Assistente Social, vinculado à “questão social” e às políticas sociais, em terras brasileiras e em tempos neoliberais.

O Assistente Social é um intelectual que intervém na realidade social, habilitado a operar em área particular, mas para isso precisa considerá-la com

---

<sup>6</sup> Entendemos por teoria o processo de “elevar a conceito o movimento concreto” (cf. Lukács, in: Guerra, 1995, p.182).

competência, o que significa entender que o particular é parte da totalidade. Assim, cabe exercitar o tempo todo a sua capacidade de captar criticamente essa realidade social que é contraditória e dinâmica, o que pressupõe busca constante de sustentação teórica, política e ética. Essa é a condição — o requisito imprescindível — do seu trabalho profissional<sup>7</sup>.

Observa-se que muitas vezes a perfeita sintonia entre o senso comum e a ação é captada como suficiente para atuação do profissional, principalmente se se trata de situação(ões) que exige(m) solução(ões) rápida(s) ou imediata(s). Isso sanciona a pertinência das opiniões — do saber do senso comum alicerçando atividades — como respostas às demandas postas ao profissional. E aí o relativismo torna-se regra, já que o pensamento se curva aos ditames da necessidade imediata e a veracidade do conhecimento passa a ser variável da sua utilidade, da sua *aplicação prática* e da sua capacidade de produzir resultados.<sup>8</sup> Aqui aparecem requisições socioprofissionais de caráter instrumental, cuja finalidade é em si ou obscura.

Essa maneira de conceber a teoria e a prática vem tomando vulto face às atuais exigências do mercado e à conseqüente mercantilização da formação profissional. E, a nosso ver, no Serviço Social esta maneira de concepção tem que ser debatida e combatida, pois não pode ser nem se tornar hegemônica.<sup>9</sup>

---

<sup>7</sup> Entendemos que o Serviço Social é profissão inserida na divisão social do trabalho e que, apesar de poder estar indiretamente na produção, recebe assalariamento em função da requisição patronal/institucional de participar no sentido de viabilizar a subordinação do trabalho à produção/ao capital. Esclarecermos que, não obstante a polêmica acerca de trabalho, processo de trabalho e Serviço Social, a qual não faz parte do nosso universo de discussão neste texto, ora poderemos utilizar indistintamente os termos ação profissional, intervenção/exercício profissional e trabalho do Serviço Social/Assistente Social. A respeito dessa polêmica, são interessantes para consultas as diferentes produções: Rosângela N. C. Barbosa *et al.*. A categoria “processo de trabalho” e o trabalho do Assistente Social. In: Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, nº 58, 1998; M<sup>a</sup> Norma Alcântara B. Holanda. O trabalho em sentido ontológico para Marx e Lukács: algumas considerações sobre trabalho e serviço social. In: Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, nº 69, 2002; J. Paulo Netto e Marcelo Braz. Economia Política: uma introdução crítica. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cortez, 2007.

<sup>8</sup> Cabe destaque para a seguinte máxima do pragmatismo: “o verdadeiro é o útil”, de modo que a veracidade do conhecimento está na sua utilidade.

<sup>9</sup> No estudo empreendido por uma das autoras deste texto — professora Yolanda Guerra — para confecção da sua dissertação de mestrado, do qual resultaram reflexões sobre a instrumentalidade do Serviço Social, há conclusão de que mesmo os profissionais que concebem a teoria como processos de reconstrução da realidade pela via do pensamento, que têm claro que a escolha de uma teoria não é arbitrária, mas, ao contrário, vincula-se a projetos de sociedade, visões de mundo e métodos, reclamam da teoria como resposta para a prática profissional (cf. Guerra, 1995).

Diante disso, levantamos algumas indagações: qual é o papel da teoria para uma profissão interventiva como o Serviço Social? Qual é a concepção de teoria a que nos referimos? Por que há tendência à dicotomia e à hierarquização entre a teoria e a prática? O que são projetos sociais e projetos profissionais? O que é práxis social? O que são o teorismo e o praticismo? Ambos são aspectos que se relacionam com o Serviço Social? Por quê?

Além disso, se não há correspondência da teoria na prática — ou, melhor, se “na prática a teoria é outra” — em uma profissão interventiva como o Serviço Social, para que investir no aprendizado teórico? Será que podemos avaliar que na formação profissional há teoria demais, há investimento excessivo nesse sentido?

Por inúmeras vezes foi denunciada a abordagem equivocada — “manualesca” ou via fontes secundárias — pelos Assistentes Sociais das diversas teorias sociais, isto é, das diferentes e até antagônicas matrizes do conhecimento que servem de fundamentos para a nossa profissão. Entretanto, em algumas teorias essa “aproximação equivocada” tem efeitos mais ou menos visíveis, em decorrência da funcionalidade das mesmas para a reprodução do sistema capitalista.

Cabe observar que aqui estamos nos referindo ao Assistente Social, um profissional de nível superior que, apesar de ser trabalhador assalariado e dos limites definidos pelas instituições empregadoras, tem responsabilidade e chance de escolha, de imprimir sentido, direção valorativa e finalidade às suas ações, uma vez que portador de relativa autonomia na execução da sua atividade. Todavia, para isso é crucial capacidade intelectual — busca de substanciais conhecimentos teóricos e metodológicos (inclusive ético-políticos) que lhe permitam situar o seu papel como profissional na realidade social — sem o obscurecimento de idealismos e dos limites das intervenções que não ultrapassam o plano das intenções, pois desconexas da realidade. Isso requer a busca de conhecimentos que qualifiquem intelectualmente o profissional para escolha responsável do rumo que ele irá tomar, pois o Serviço Social, conforme Yamamoto (2007), é profissão que participa de um mesmo movimento que tanto possibilita a continuidade do



nosso modo de sociedade como cria possibilidades para a sua transformação, e as conjunturas não condicionam, não obstante a imposição de limites e possibilidades, unilateralmente as perspectivas profissionais (id., 1998). Desse modo, o Assistente Social que situa a dimensão intelectual que lhe compete compreende que operações particulares têm conexão com a totalidade e requerem a aquisição de preparo teórico (ético-político) e metodológico capaz de desvelar e efetivar sua atividade profissional.

Diante de tudo que dissemos, parece-nos evidente que não cabe relação ambígua entre o campo da teoria e o campo da prática. A esse respeito, também é relevante lembrar que o Serviço Social mostrou, por longo período, um acentuado cariz conservador, o qual, mesmo não tendo sido erradicado, pode-se considerar que declinou a partir dos posicionamentos do conhecido Movimento de Reconceituação do Serviço Social e seus desdobramentos. Ou seja, podemos observar que, após meados da década de 1960, por meio desse Movimento Crítico ocorrido na profissão e de seus desdobramentos, surgiram, paulatinamente, expressões mais progressistas no meio profissional que viabilizaram o questionamento da ordem capitalista e suscitaram a percepção da possibilidade de sua superação. Com isso, houve a emergência de outros projetos profissionais, perdendo força o histórico conservadorismo da profissão e sua perspectiva homogeneizadora e, como tradução de desdobramento da vertente de inspiração mais crítica do Movimento de Reconceituação, tornou-se conhecido, a partir da década de 1990, o Projeto Ético-Político do Serviço Social — um projeto profissional democrático e progressista e, por isso, dissonante das referências do ideário neoliberal, o qual não vem na nossa atual conjuntura enfrentando resistências expressivas.<sup>10</sup>

Esse Projeto tem no Código de Ética Profissional vigente uma expressão destacada, uma vez que é instrumento norteador da ação profissional. Traz

---

<sup>10</sup> São inúmeras as polêmicas acerca da hegemonia desse Projeto. Todavia, mesmo não podendo ser confundido com direção social majoritária no Serviço Social, o atual Projeto Ético-Político orienta significativa parcela de seus profissionais no campo acadêmico (o que é mais perceptível nas instituições públicas de ensino) e dá direção sociopolítica às Entidades representativas da profissão. A respeito da hegemonia do Projeto, é importante consultar José Paulo Netto: Das ameaças à crise. In: Revista Inscrita, nº 10, nov. 2007, p. 37-40; Marcelo Braz. A hegemonia em xeque – Projeto Ético-Político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. In: Revista Inscrita, nº 10, nov. 2007, p. 5–10.

referências — proclamando valores radicalmente humanistas — para a formação e o exercício profissional, que tornam clara a necessidade de competência do Assistente Social face aos desafios e às contradições que ele enfrenta na realidade social. Daí sobrelevar o sentido ontológico, sugerindo apurado e constante aprimoramento profissional para captar substancialmente a lógica que preside à sociedade em que vivemos, uma vez que nela se encontra nosso solo histórico de origem e ação.

Como seria possível de modo diferente entender criticamente o papel do Assistente Social e as demandas que lhe são dirigidas?

Não cabe dúvida quanto ao que dissemos, pois como poderíamos trabalhar aspectos inerentes à realidade social, trabalhar com “questão social”, direitos sociais e política social sem sermos capazes de captar as determinações da realidade social? Não seriam as distorções nessa captação, a sua incipiência ou até a sua impossibilidade as responsáveis pelas dúvidas ou pela negação do potencial da teoria?

Adensando esse raciocínio, lembramos Vasconcelos (2002), citando que a superação da miséria teórica pode contribuir para quem visa à superação da miséria econômica, social e política, pois é meio imprescindível para o desenvolvimento de ações profissionais consistentes. Ademais, trazemos à reflexão alguns pontos comumente observados nas referências de parte dos nossos profissionais à teoria:<sup>11</sup>

- 1) a identificação dos fundamentos da teoria social com as leis das ciências naturais;
- 2) a idéia de que o estatuto do Serviço Social depende da adoção de uma teoria própria;
- 3) a concepção de que o saber teórico é suficiente para superação do conservadorismo, como se o conhecimento não pudesse ter diferentes direções, inclusive as que fundamentam o conservadorismo. É como se

---

<sup>11</sup> Sabemos que essas questões não são específicas, ou seja, podem estar relacionadas com outros profissionais e não apenas com o Assistente Social, mas aqui particularizamos este profissional.

houvesse certo tipo de identificação do saber com a virtude e também esta superação do conservadorismo não implicasse prática;

- 4) a visão de que a teoria pode ser *aplicada* na prática, ou seja, a teoria é algo cujo conhecimento, sem elaboração refinada, sem observação minuciosa de seus nexos com a realidade, nos fornecerá, inequivocamente, as referências prático-concretas para o exercício profissional;
- 5) a apropriação e a utilização de um elenco de disciplinas e/ou conhecimentos sobre a realidade (empírica), captados equivocadamente como teorias, fato que propicia ao profissional um quadro referencial inconsistente, eclético, constituído de informações parciais, fragmentadas e abstratas. Como exemplos, temos as chamadas teorias de médio alcance com vieses *psicologistas, sociologistas, culturalistas, politicistas e/ou economicistas* utilizadas para promover e/ou justificar determinados procedimentos prático-profissionais;
- 6) a apropriação de teorias sociais macroscópicas como se a elas coubessem modelos ou métodos, e a exigência de que possibilitem respostas profissionais precisas. Aqui, a riqueza das diferentes dimensões da prática e a riqueza e a complexidade das teorias sociais tornam-se subsumidas pelas aplicações de modelos. Neste caso, espera-se que a realidade se enquadre na teoria e, se assim não ocorrer, “pior para ela”;
- 7) o preconceito “intelectual”, o que se contrapõe à racionalidade profissional. Como já dissemos, diferentemente de exigências restritas ao padrão técnico-instrumental, o que o Assistente Social enfrenta nas esferas da formação e da intervenção na vida profissional requerem ações abalizadas, intelectualmente responsáveis e fecundas, analíticas e críticas, capazes de lhe proporcionar compreensão suficiente para uma ação efetiva e qualificada na realidade social. Isso, evidentemente, se mostra contrário ao preconceito teórico, responsável por posições como: falta de curiosidade científica, passividade diante de determinado conhecimento, despreço com o “novo ou diferente”; falta de compromisso com a investigação rigorosa no âmbito do conhecimento — “não conheço mas não gosto”, “não conheço nem é preciso,

- uma vez que já sei o que posso encontrar” —; submissão que viabiliza padronizações na produção intelectual, que empobrecem o espaço profissional, em decorrência de uma suposta hierarquia (inquestionável) do saber; desqualificação do saber do outro, como meio de valorizar o seu e/ou defender-se da falta de argumentos diante de posições contrária ou diferente;
- 8) o “produtivismo” intelectual e/ou acadêmico, cujo critério numérico — quantitativo — sobrepõe a qualidade da produção intelectual. Nisso observa-se uma espécie de reprodução da lógica mercantil na esfera intelectual. Ou seja, um tipo de submissão a tal lógica, escamoteada por meio de uma pseudovalorização da esfera intelectual, o que, por analogia, chamamos de “ativismo intelectual” e pode implicar em graves prejuízos para a formação e para o exercício profissionais, pois sustenta a premissa de que “o importante é o fazer, é a realização, enfim, é a produção”.<sup>12</sup>
- 9) a apropriação do arcabouço teórico-metodológico marxiano de um ponto de vista epistemológico e *desistoricizado*, exigindo-lhe possibilidades de interpretações ilimitadas e descontextualizadas, desvinculadas da ação. Ou seja, um tipo de apropriação equivocada que torna tal arcabouço estéril frente às complexas contradições ontológicas da sociedade burguesa na contemporaneidade.

Esses são alguns pontos que implicam o exercício profissional do Assistente Social suscitando distorções. A falta de uma leitura depurada, substancial e racionalmente crítica da realidade social pode trazer conseqüências desastrosas para o trabalho profissional, a exemplo das respostas profissionais — mesmo de maneira escamoteada — conservadoras que são compatíveis com os pensamentos que advogam a “inquestionabilidade” da sociedade burguesa. Nessa perspectiva, à ordem burguesa cabem, no máximo, indagações e críticas superficiais que sirvam para o seu aperfeiçoamento — e, portanto, os problemas e as necessidades que nela não encontrarem soluções tornam-se responsabilidade daqueles que por eles são vitimados. É como se essa ordem fosse regida por leis

---

<sup>12</sup> Alguns desses prejuízos são indicados neste texto.

naturais, desistoricizada, ou seja, uma formação social absolutizada, caracteristicamente inquestionável e insuperável.

É evidente que, para concretizar algo, o profissional tem que projetar, definir conscientemente sua finalidade. Ou seja, deve antecipar em sua mente o produto que ele pretende realizar por meio do seu trabalho (profissional). E isso supõe conhecimentos — potenciais subjetivos e objetivos — que serão fundamentais para a concretização do produto final. Pode-se dizer que, além da vontade e das demais possibilidades inerentes ao sujeito, são necessárias também condições objetivas, concretas, inerentes ao mundo das relações sociais e/ou ao mundo material<sup>13</sup>. Daí se pode inferir o enlace teórico-prático, mesmo sem ignorar que a cada uma dessas categorias cabe certa autonomia. Essa é uma relação cujos elementos fazem parte de um mesmo processo, formam unidade na diversidade, elementos, que, não obstante certa autonomia, são interdependentes, inter-relacionados e se constituem. O conhecimento teórico emerge do processo histórico-social como resultado elaborado das atividades humanas dirigidas à satisfação de necessidades materiais e espirituais. Tal conhecimento pode ser considerado uma espécie de reprodução da realidade no pensamento que serve de guia e fundamento para a prática na vida social e sua finalidade, podendo ser incessantemente aprimorado. Além disso, cabe salientar que se trata de conhecimento que se torna referência para a ação, para efetivação de prática fecunda, e útil para o enriquecimento humano, na medida em que seja verdadeiro e não o inverso, como propalou o pragmatismo.

Escritos de Marx e Engels (1984) revelam o significado do trabalho para a existência humana, e evidenciam o trabalho como vital para nossa existência: “o primeiro ato histórico pelo qual podemos distinguir os homens dos demais animais não é o de pensarem, mas o de começarem a produzir os seus meios de vida” (p.14).

O trabalho é uma categoria social, pois se efetiva engendrando as relações sociais e por meio dessas próprias relações — é categoria modelar da práxis.

---

<sup>13</sup> Nosso intuito pode ser transformação no plano material ou no plano das relações sociais. A segunda hipótese refere-se à teleologia secundária.

Portanto, pode-se considerá-lo produtor e ao mesmo tempo partícipe da sociabilidade partícipe da sociabilidade — meio de transformação da realidade natural (e social)<sup>14</sup> pelo qual o homem se constrói, constitui a sua individualidade e também a totalidade social de que faz parte.

Qualquer que seja a forma de sociedade, o trabalho concreto, produtor de valores de uso, é condição da existência humana, sua atividade livre e consciente, a qual pode ser identificada como sua possibilidade histórica.

Divergindo de qualquer concepção mistificada, compreendemos a História como produção humana, sendo o Homem seu autor e simultaneamente produto das condições/processo histórico. Quanto a isso, cabe apreciarmos o pensamento de Kosik::

A razão se cria na história apenas porque a história não é racionalmente predeterminada, ela se torna racional [...]. A história só é possível quando o homem não começa sempre do novo e do princípio, mas se liga ao trabalho e aos resultados obtidos pelas gerações precedentes. Se a humanidade começasse sempre do princípio e se toda ação fosse destituída de pressupostos, a humanidade não avançaria um passo e a sua existência se escoaria no círculo da periódica repetição de um início absoluto e de um fim absoluto (1976, p. 216-218).

Diferentemente da história natural, que se restringe ao necessário — ao nexos causal do mundo natural — a História — construída pelos homens — tem por mediação um insuperável caráter alternativo, e é ontologicamente distinta da história natural por ser um espaço de escolhas entre alternativas inscritas em *situações concretas*.

No processo histórico, à proporção que o Homem busca respostas para as suas necessidades, transformando a natureza por meio do trabalho, adquire inteligência e engendra as relações sociais, os modos de vida social, as idéias, as concepções de mundo, os valores, uma vez que, assim como produzem os objetos, os instrumentos de trabalho, os modos de vida, os homens produzem também “novas capacidades e qualidades humanas, desenvolvendo aquelas inscritas na natureza orgânica do homem, humanizando-as e criando novas

---

<sup>14</sup> Como dissemos, o Homem pode ter como finalidade transformações no campo das relações sociais, a chamada teleologia secundária.

necessidades” (Iamamoto, 2001, p. 39). Podemos concluir, assim, que aí temos a emersão da consciência, do conhecimento, da prática relacionada à leitura de categorias fundamentais e a possibilidade de aprimoramento humano contínuo. Ou seja, por meio da prática social, do processo laboral em resposta às necessidades humanas e da apreensão elaborada da realidade pelo pensamento, são continuamente respondidas e engendradas as necessidades humanas materiais e espirituais. Observa-se a materialização da relação entre o conhecimento e a prática, o que, consideradas as particularidades, está relacionado com o trabalho profissional.

### **Considerações finais**

Hegel, em seu idealismo, traz importante avanço para o pensamento, uma vez que o historiciza, o que é fundamental para o salto materialista dado pelo pensamento de Marx.

Ademais, segundo Coutinho (1972), Hegel tem mérito incontestado no sentido de sintetizar e elevar aspectos do pensamento burguês revolucionário, os quais podem ser resumidos em três núcleos:

\* humanismo — teoria de que o homem é um produto de sua própria atividade, de sua história coletiva;

\* historicismo concreto — a afirmação do caráter ontologicamente histórico da realidade, com a conseqüente defesa do progresso e do aprimoramento da espécie humana;

\* a razão dialética em seu duplo aspecto, seja o de uma racionalidade objetiva imanente ao desenvolvimento da realidade (que se apresenta sob a forma da unidade dos contrários), seja aquele das categorias capazes de apreender subjetivamente essa realidade objetiva.

O pensamento hegeliano, portanto, comportou inovações e trouxe elementos fundamentais à gênese e à construção do pensamento marxista e à ontologia nessa tradição filosófica. Exemplos significativos são as concepções de totalidade — síntese de múltiplas determinações, unidade do diverso — e de dialética do real como processo e contradição. Um legado que Marx (e seus seguidores) elevaria, colocando-o em outro patamar. Conforme Luckács (1979), o

marxismo, dada a sua perspectiva materialista, colocará os princípios idealistas de Hegel, “que se apóiam sobre a cabeça, apoiados sobre os pés”.

Podemos, assim, nos referir a uma continuidade com rupturas, pois Marx (e expoentes da tradição marxista que prosseguiram) reconstruirá em outras bases princípios deixados pela filosofia de Hegel, alçando seu pensamento a outro patamar.

Diante disso, referindo-nos ao jargão aqui abordado, interessa-nos destacar que sua problematização envolve questões que nos parecem óbvias, pois se referem diretamente à razão dialética e ao conhecimento. Labica (1990, p. 142-143), analisando a relação entre a teoria e a prática, traz uma contribuição esclarecedora, explicitando que à prática e à teoria cabem movimento constante para efetivação do “concreto pensado” ou, melhor dizendo, para efetivação do “caminho do pensamento abstrato, que evolui do simples ao complexo” e “reflete assim o processo histórico real”. Dessa maneira, o autor torna claro que a concepção tradicional de teoria e de prática, com a contribuição do pensamento marxiano, foi profundamente remexida, uma vez que a prática deixou de reduzir-se ao fazer elementar do empírico, do cotidiano, do contingente, elevando em decorrência a condição da primeira, ou seja, situando a teoria no plano da produção material dos homens, da história real.

Com base nesta afirmação e em acordo com o pensamento marxiano, mencionamos ainda, que a relação entre teoria e prática não se dá imediatamente, seja no sentido temporal seja em referência aos nexos fundamentais que se põem nesse processo. Com isso se quer dizer que a possibilidade de determinada teoria revelar a realidade social é histórico-social. Pressupõe que os processos históricos se desenvolvam e se universalizem a ponto de serem captados e reconhecidos pela consciência. Não há outra forma de a teoria “capturar” o objeto, ou seja, ultrapassar sua aparência, captar suas propriedades, sua lógica constitutiva, seus nexos e particularidades históricas. Ou seja, a resolução das questões que envolvem a relação entre a teoria e a prática não requer simplesmente soluções teóricas, mas prático-sociais. Pode-se dizer que nesse campo (das soluções prático-sociais) a teoria é mesmo inepta. Com isto estamos afirmando que a



elaboração teórica tem particularidades, no que diz respeito ao seu alcance e limite.<sup>15</sup> Quando se passa do conhecimento universal permitido pela teoria, nesta concepção, para a apreensão das particularidades concretas e históricas, surge na análise um conjunto de mediações, às quais o sujeito que conhece não pode apreender completamente. A realidade é sempre mais rica, mais ampla e plena de mediações de que a capacidade do sujeito de captá-la e reproduzi-la no pensamento.

Como diz Vázquez, ao se referir à Aristóteles; “(...) se é necessário levar em conta as exigências da vida real, a atividade política não pode guiar-se pelos princípios absolutos da razão teórica.” (2007, p. 39).

Ainda que seja legítimo a utilização de vários tipos de conhecimento, o homem só desvela a realidade, somente alcança a essência, pela via do conhecimento teórico. Para entender a relação do homem com o conhecimento teórico é necessário entender o homem enquanto um ser complexo. Ao mesmo tempo em que,

Antes de ser um animal racional ambulante, o homem é um ser que permanentemente busca um sentido para si e para o mundo em que se vê envolvido. (...) o homem, protagonista de todo ato teórico, não é um ser que só possui cabeça, mas também corpo, coração... que manifesta paixões, desejos, angústias e sobretudo possui braços e mãos para agir. (PEREIRA, 1982, p. 14).

A apropriação do mundo pela via do conhecimento teórico requer que o homem estabeleça com o seu objeto, determinado tipo de relação. Nisto se constitui o método para o conhecimento da realidade posto que, antes de ser concebido como o caminho para o conhecimento ou mesmo um conjunto de etapas a serem cumpridas, o método constitui-se na mediação fundamental que se estabelece na relação entre o sujeito que conhece e o objeto a ser conhecido. Diz Markus:

Todas as relações humanas que o homem tem com o mundo, ver, ouvir, cheirar, provar, tocar, pensar, intuir, sentir, querer, agir, amar, todos os órgãos que constituem sua individualidade, em suma [...] são, em seu

---

15 Como sabemos, Marx, com a crítica da economia política, explicitou-nos o fetiche da mercadoria. Não obstante, à transformação das relações sociais fetichizadas é imprescindível a interferência das forças prático-sociais.

comportamento objetivo ou em seu comportamento diante do objeto, a apropriação deste mesmo objeto. (1974, p. 59).

No processo do conhecimento, teoria e prática, como elementos de naturezas diferentes — ou, se preferirmos, como pólos opostos —, se confrontam a todo momento: questionam-se, negam-se e superam-se, a ponto de encontrarem uma unidade que é sempre histórica, relativa e provisória. Não obstante, a teoria e a prática mantêm sua especificidade e sua autonomia. A teoria tem que ser vista como crítica e busca dos fundamentos. Neste sentido:

a destruição da atitude própria à consciência comum é condição indispensável para superar toda consciência mistificada da práxis e elevar-se a um ponto de vista objetivo, científico, a respeito da atividade prática do homem. Só assim podem unir-se conscientemente o pensamento e a ação. Por outro lado, sem transcender os limites da consciência comum, não só é impossível uma verdadeira consciência filosófica da práxis, como também é impossível elevar a um nível superior – isto é, criador – a práxis espontânea ou reiterativa de cada dia. (VÁZQUEZ, 2007, p. 30).

A prática social, por sua vez, se coloca como “fundamento e limite do conhecer e do objeto humanizado que, como produto da ação, é objeto do conhecimento” (VÁZQUEZ, 2007, p. 144). Ela tem validade enquanto reflete as relações sociais reais, e, por isso, relações históricas, dinâmicas, processuais e transitórias. A prática social pode validar uma teoria em determinadas condições sócio-históricas, uma vez que a teoria pode ser reconhecida na prática, mas isso não pode ser interpretado como uma passagem direta para as práticas profissionais. Ou seja, é necessária a captação dos nexos, das mediações e das particularidades relativos ao campo profissional. A teoria não se gesta, não brota da prática, mas da apurada reflexão sobre ela. Trata-se de um outro nível do conhecimento, de certo patamar do conhecimento que precisa ser testado e verificado na prática. Tampouco, se pode dizer que a teoria produz transformações práticas. Como nos aponta Vazquez,

“A teoria em si – nesse como em qualquer outro caso – não transforma o mundo. Pode contribuir para sua transformação, mas para isso tem que sair de si mesma, e, em primeiro lugar, tem que ser assimilada pelos que vão ocasionar, com seus atos reais efetivos, tal transformação”. (1968, p. 206)

O que ela transforma, conforme explicitamos, são as idéias, as consciências, as percepções e as concepções — ou seja, elementos necessários e que também são parte da realidade. Contudo, entre a transformação da

consciência e a transformação do real são necessárias outras mediações e a atuação prática. Isto porque o conhecimento em nível teórico não incide diretamente na realidade, no nível prático-empírico, e o mesmo se dá também no âmbito profissional — e da nossa profissão.

Não obstante o conhecimento nos fornecer a compreensão da sociedade em que estamos inseridos e na qual se inserem nossos objetos de intervenção, dele nos cabe extrair também a compreensão desses objetos e do modo de agirmos profissionalmente — quando e como intervimos. Mais do que isso, o conhecimento teórico (ético-político) é que nos permite imprimir sentido à nossa ação, uma vez que a teoria incide sobre a compreensão da direção social, do significado e das implicações desse fazer profissional.

A apreensão das particularidades da profissão é um amplo, lento, complexo e provisório trabalho de aproximações sucessivas, como bem explicita Pontes:

A particularidade histórico-social da profissão representa o alcance de um complexo processo de análise-síntese do movimento do modo de ser mesmo da profissão na estrutura social. Significa conjugar a dimensão da singularidade, com a universalidade, para se construir a particularidade. No plano da singularidade, comparecem as formas existenciais irrepitíveis do fazer profissional no cotidiano sócio-institucional, em que os sujeitos estão imersos na repetitividade e heterogeneidade da vida cotidiana. Na dimensão da universalidade, o fazer profissional é projetado nas leis sociais tendenciais e universais que regem a sociedade, e encontram o sentido de sua inserção histórico-social. Assim, a construção da particularidade histórica da profissão implica a necessidade de sua universalidade se singularizar e de sua singularidade se universalizar. (PONTES, 2002, p. 164).

A esta altura, esperamos ter contribuído para destacar que na realidade operam mediações de natureza diferente daquelas que figuram no conhecimento, donde o necessário investimento teórico para captar o exercício profissional e a pesquisa da realidade<sup>16</sup>. Há que se ressaltar também, e por tudo o que foi dito, a

---

<sup>16</sup> Sobre isso, considera Yamamoto que “um horizonte é incorporar a pesquisa como atividade constitutiva do trabalho profissional, acumulando dados sobre as múltiplas expressões da questão social, campo em que incide o trabalho do assistente social. É fundamental, ainda, que os projetos de trabalho elaborados estejam calçados em dados e estatísticas disponíveis, munidos de informações atualizadas e fidedignas que respaldem a capacidade de argumentação e negociação dos profissionais na defesa de suas propostas de

importância da compreensão correta do significado desse nível de conhecimento para uma profissão interventiva como o Serviço Social — O que é mister especialmente na atual conjuntura, em que os desafios ao profissional são flagrantes. Ou seja, esperamos ter esclarecido que são imprescindíveis momentos de apropriação teórica para que haja uma inserção qualificada do Assistente Social nos espaços sociocupacionais, uma inserção que viabilize respostas competentes às demandas sociais, e que seja, portanto, avessa ao falso dilema de que “na prática a teoria é outra”.

### Referências Bibliográficas

- COUTINHO, Carlos Nelson. *O estruturalismo e a miséria da razão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- FORTI, Valeria. Ética e Serviço Social: formalismo, intenção ou ação? In: FREIRE, Lúcia M<sup>a</sup> et al. (orgs.). *Serviço Social, política social e trabalho: desafios e perspectivas para o século XXI*. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Ética, Crime e Loucura: reflexões sobre a dimensão ética no trabalho profissional*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.
- FORTI, Valeria e GUERRA, Yolanda (orgs.). *Ética e Direitos: ensaios críticos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.
- GUERRA, Yolanda. *A Instrumentalidade do Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.
- \_\_\_\_\_. O conhecimento crítico na reconstrução das demandas profissionais contemporâneas. In: BATINI, O. e BAPTISTA, M. V. *A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção do conhecimento*. Vol. I. São Paulo: Veras Editora, 2009.
- HAACK, Susan, In: *Compêndio de Filosofia*. Nicholas, Bunnin e Tsui-James, E. P. (orgs.). São paulo: Edições Loyola, 2002
- IAMAMOTO, Marilda V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Trabalho e indivíduo social: estudos sobre a condição operária na indústria canavieira paulista*. São Paulo: Cortez, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Serviço Social em tempo de capital fetiche*. São Paulo: Cortez, 2007.

---

trabalho junto às instâncias demandatárias ou competentes. A pesquisa é ainda um recurso importante no acompanhamento da implementação e avaliação de políticas, subsidiando a (re)formulação de propostas de trabalho capazes de ampliar o espaço ocupacional dos profissionais envolvidos. A consolidação acadêmica da área supõe o reforço da produção acadêmica, do investimento na pesquisa, e estímulos da publicação dos resultados alcançados. (IAMAMOTO, 1998, p. 146).

- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LABICA, George. *As teses sobre Feuerbach de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- LUKÁCS, Georg. *El Assalto a la razón: la trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler*. Barcelona: Grijalbo, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Ontologia do Ser Social: a falsa e a verdadeira ontologia de Hegel*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- \_\_\_\_\_. "O Neopositivismo". In: *Teoria e Política*. nº. 9. São Paulo: Brasil Debates, 1988.
- MÁRKUS, György. *A Teoria do Conhecimento no Jovem Marx*. Coleção: Pensamento Crítico. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Reginaldo Di Pietro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. 1, 1974.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- \_\_\_\_\_. *O Capital: Crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: teses sobre Feuerbach*. São Paulo: Moraes, 1984.
- NETTO, José P. *Capitalismo e reificação*. São Paulo: Cortez, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Ditadura e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1991.
- PEREIRA, Larissa D. *Educação e Serviço Social: do confessionário ao empresariamento da formação profissional*. São Paulo: Xamã, 2009.
- PEREIRA, Otaviano. *O que é Teoria?* São Paulo: Editora Brasiliense, 1982. In: Coleção Primeiros Passos nº 59.
- PONTES, Reinaldo N. *Mediação e Serviço Social*. São Paulo: Cortez; Belém-PA: Universidade da Amazônia, 2002.
- QUIROGA, Consuelo. *Invasão positivista no marxismo*. São Paulo: Cortez, 1991.
- VASCONCELOS, Ana Mª de. *A prática do serviço social: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde*. São Paulo: Cortez, 2002.
- VÁZQUEZ, Adolfo S. *Filosofia da Práxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968; São Paulo: Expressão Popular e CLACSO, 2007.

